

O Audiovisual na Educação Brasileira: do cinema educativo às mídias digitais¹

Danielle Divardin²

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP

Resumo

Vive-se um momento de mudanças nos processos de comunicação, aquisição e produção do conhecimento propiciados pelos avanços tecnológicos da informática e das telecomunicações. As novas formas de percepção e construção do conhecimento repercutem diretamente na escola. O desafio atual é integrar os meios de comunicação ao processo educativo para refletir sobre as diferentes linguagens e suas maneiras de informar o mundo para que suas potencialidades sejam usadas de forma crítica e consciente. A partir de uma contextualização histórica da utilização das tecnologias audiovisuais na educação no Brasil e de uma investigação mais detalhada sobre o Edital do PNL D 2014 (referente aos conteúdos multimídias), pretende-se identificar não só a atuação e os interesses do governo como também os da iniciativa privada nessa área.

Palavras-chave: audiovisual; tecnologias; educação; TIC; comunicação.

Introdução

A transformação da sociedade atual tem por base a revolução tecnológica centrada nas tecnologias de informação e comunicação. A informação e o conhecimento são o recurso básico do mundo globalizado e definem profundas mudanças na cultura, na economia e nas relações sociais. A educação é um processo que está sendo construído permanentemente, tendo por base a comunicação e à medida que novas formas de comunicação são criadas, em razão do surgimento de novas tecnologias, o ensino também se transforma ou deveria se transformar.

Os recursos audiovisuais estão cada vez mais presentes no cenário educacional mas, em contraposição, a escola parece não se adaptar às novas possibilidades do uso dessas tecnologias. De forma geral, ela está muito atrelada aos critérios de aprendizagem linear, de repetição, da comunicação hierárquica e burocratizada. Paradoxalmente, jovens e crianças aprendem cada vez mais com os meios de comunicação como a televisão, o cinema e, mais recentemente, com os jogos digitais e a internet.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), da Universidade Federal de São Carlos, e-mail: ddivardin@yahoo.com.br

No modelo da “pedagogia transmissiva”, o audiovisual e os recursos digitais são usados como auxiliares ao ensino, um apoio ao professor. O uso dessas tecnologias, nesse caso, complementa e ajuda a ampliar o conhecimento mas seu uso é ainda limitado. As propostas didáticas devem incentivar o crítico e criativo dessas linguagens para que os alunos sejam capazes de compreender, interpretar e utilizá-las como linguagens próprias. Os recursos audiovisuais e digitais favorecem a investigação e exploração das informações pelos alunos que podem aprender em um processo de descobrimento, abrindo espaço para a autoaprendizagem e para a construção coletiva do conhecimento.

O processo de aprendizagem, próprio do paradigma que possibilita a tecnologia informacional, ocorre por descobrimento (exploração), não por imitação (reprodução), como foi o caso predominante até agora em muitas culturas e na própria educação escolar. (GÓMEZ, 2006, p. 97)

Alguns setores ligados diretamente com as novas tecnologias defendem a ideia de que a massificação de sua utilização seria a chave para resolver os principais problemas da humanidade. No entanto, esse enfoque tecnocrático ignora a complexidade dos processos sociais. “Se o conhecimento e a informação são os fatores mais importantes da nova estrutura social que está conformando, não existe nenhuma razão pela qual sua distribuição se democratize somente pelo efeito do desenvolvimento técnico” (TEDESCO, 2006, p. 28). O que se verifica é que as novas condições técnicas que deveriam ampliar o acesso a informação e ao conhecimento são apropriadas por um grupo pequeno de megacorporações transnacionais que acumulam cada vez mais poder político e econômico. A questão que se coloca, portanto, é como as técnicas poderão ser socializadas e não como se tecnificar a sociedade.

O governo brasileiro tem feito crescentes investimentos na integração de novas mídias às escolas públicas. Alguns exemplos são o ProInfo, UCA, os *tablets* educacionais. Outro exemplo é o PNLD 2014 (Plano Nacional do Livro Didático) que determinou que os livros didáticos deveriam acompanhar material multimídia.

As novas tecnologias podem e devem ser utilizadas para tornar a educação mais acessível e menos excludente, formando cidadãos com capacidade de reflexão e análise crítica e que participem ativamente em prol de uma sociedade mais justa e democrática.

Tecnologias audiovisuais para a educação no Brasil: breve contextualização

O uso de tecnologias audiovisuais na educação não é recente. Na década de 1910, Edgard Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional, começou a organizar uma filmoteca nessa instituição com acervo considerável de diapositivos e filmes educativos. A “Filmoteca Científica” ficava à disposição das escolas que podiam agendar visitas para a exibição de filmes aos alunos. Além de Roquette-Pinto, importantes intelectuais como Manuel Bergstrom Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Jonathas Serrano consideravam o cinema um importante auxiliar do professor e defendiam sua incorporação no ensino.

O presidente Getúlio Vargas enxergou o potencial do cinema para a educação, assim como para a veiculação do nacionalismo e construção da unidade nacional. A criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo, INCE, em 1936, é um exemplo claro disso. Segundo Vargas, o cinema se tornaria “o livro das imagens luminosas” e levaria conhecimento às populações mais distantes, sendo compreensível até aos analfabetos.

O cinema será, assim, o *livro das imagens luminosas*, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança dos destinos da Pátria. Para a massa de analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola. (VARGAS, s.d. p. 187-189)

Entre 1936 e 1966, o INCE produziu aproximadamente 350 filmes educativos (em 16 mm e 35 mm) abordando os mais diferentes assuntos como zoologia, astronomia, geografia, música, medicina, educação rural, história, documentação científica e industrial, literatura, entre outros.

Aos poucos, a produção do INCE foi sendo extinta e em 1966 o órgão foi incorporado ao recém-criado Instituto Nacional de Cinema (INC). Entre outros fatores, a chegada da televisão contribuiu para a queda da produção do INCE.

O surgimento da TV na década de 1950 coincide com o começo de um importante período de mudanças na estrutura econômica, social e política do país. O intuito, tanto dos militares como dos civis, nesse período, era desenvolver, integrar e modernizar o país (MATTOS, 2010). Após o golpe de 1964, os militares utilizaram os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, para a legitimação do governo e manutenção do *status quo*. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento técnico da televisão foi facilitado pela infraestrutura criada pelo governo militar para as telecomunicações. Em relação à educação,

entre 1960 e 1970 foi implantado no Brasil um plano educacional mais geral o qual previa significativa redução dos recursos públicos aplicados na educação formal e um aumento nos investimentos para a implantação de uma sofisticada rede de telecomunicações que, em grande parte, seria utilizada para a educação. “Trata-se do abandono da escola em favor dos cursos através do rádio e da televisão”. (LEAL FILHO, 1988, p. 26)

Em 1950 a televisão brasileira foi inaugurada oficialmente pela PRF-3, a TV Tupi de São Paulo. Entretanto, as primeiras experiências efetivas em relação à televisão educativa aconteceram entre as décadas de 1960 e 1970.

A TV Cultura, canal 2 de São Paulo (ainda como emissora comercial) começou a utilizar a TV no ensino em 1960, transmitindo o primeiro telecurso para a preparação de candidatos ao exame de admissão do ginásio. Nesse mesmo ano, a Fundação João Batista do Amaral, do Rio de Janeiro começou a utilizar a TV para a difusão do ensino básico. Em 1961, a TV Continental, canal 9, também no Rio de Janeiro, deu início à Universidade sem Paredes, ou Universidade de Cultura Popular, projeto idealizado por Gilson Amado.

A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) foi instituída em 1967, sob coordenação de Gilson Amado. A FCBTVE era responsável pela produção de programas educativos e material audiovisual, além de treinamento de docentes, técnicos e especialistas em produção. Em 1973 foi concedida à Fundação o canal 2 do Rio de Janeiro - o novo espaço de produção de programas educativos se tornaria a TVE Brasil. Alguns importantes programas educativos foram produzidos pela Fundação, como a telenovela didática “João da Silva” (1971), o “Sítio do Picapau Amarelo” (1977), programa infantil realizado em co-produção com a TV Globo, “TV na Escola” (1981), parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultural do Rio de Janeiro, exibia conteúdos variados, desde matemática, ciências até noções de saúde e conhecimentos gerais, “Projeto Universidade Viva” (1986), apresentava aulas, conferências, experiências científicas e outros materiais desenvolvidos em universidades brasileiras, “Salto para o Futuro” (1992), projeto que deu origem à TV Escola, “A Turma do Pererê” (2001), programa infantil baseado na história em quadrinhos de Ziraldo, entre vários outros.

Em 1960 foi inaugurada a TV Cultura, canal 2 de São Paulo, pelas Emissoras Associadas, grupo de Assis Chateaubriand. Em 1961, A TV Cultura começou a transmitir um telecurso para a preparação de candidatos ao exame de admissão do ginásio, o Curso de Admissão pela TV, criado e produzido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

A programação educativa da emissora foi ampliada a partir da criação do Sefort (Serviço de Educação e Formação de Base pelo Rádio e TV) em 1963, com o objetivo de aumentar a estrutura da educação a distância. Os cursos produzidos pelo Sefort eram transmitidos pela TV Cultura que passou a exibir também aulas de literatura, artes plásticas, educação musical e curso de madureza, aos sábados. Na época, a televisão era um eletrodoméstico bastante caro e a maioria da população não possuía o aparelho em casa. Sendo assim, foi formada uma rede de telepostos, salas de aulas abertas ao público, equipadas com TV e monitoras que orientavam os alunos. (LIMA, 2008, p. 32)

Em 1967, Roberto de Abreu Sodré assumiu o governo de São Paulo e criou um projeto de utilização de um canal próprio do governo do Estado, que veiculasse uma programação diversificada mas com propósitos educativos. Para a realização desse projeto criou a Fundação Padre Anchieta – FPA, entidade de direito privado que deveria gerir as futuras emissoras de rádio e TV e comprou a TV Cultura, canal 2, do grupo de Chateaubriand. Após a venda, a emissora foi fechada para planejamento e atualização técnica e no dia 15 de junho de 1969, a TV Cultura, agora pública, iniciou as suas transmissões.

Na primeira etapa da TV Cultura, Abreu Sodré e José Bonifácio Coutinho Nogueira, primeiro presidente da Fundação Padre Anchieta, pretendiam criar “um forte núcleo local de produção de programas educativos” (LIMA, 2008, p. 63), e, para isso, reuniram profissionais experientes e de renome. A programação seria diversificada, mas seu fio condutor deveria ser a educação, primando pelo aprimoramento intelectual do telespectador. A “nova” TV Cultura iniciou as transmissões de telecursos pelo Curso de Madureza Ginásial, desenvolvido inicialmente pela Assessoria de Ensino do Estado.

De 1969 até hoje a TV Cultura produziu e exibiu diversos programas voltados para a educação, cultura, informação e entretenimento de qualidade. Atualmente, a TV Cultura trabalha com a ideia de programação educativa como instrumento de formação complementar do cidadão. Podemos destacar alguns dos importantes programas exibidos ao longo dos seus 46 anos: Foco na Notícia (1971), primeiro telejornal da emissora, semanal, que além de transmitir a notícia, discutia o seu contexto; Vila Sésamo (1971), versão nacional do programa da TV Educativa dos EUA, voltado ao público pré-escolar, feito em co-produção com a TV Globo; Vox Populi (1977), programa de entrevistas; Catavento (1985) programa infantil; Vestibulando (1985), programa destinados aos interessados a concorrer a uma vaga na universidade; Roda Viva (1986), programa de entrevistas perdura

até hoje; Rá-Tim-Bum (1990), programa infantil; Castelo Rá-Tim-Bum (1994), programa infantil; Cocoricó (1996), programa infantil, exclusivamente com bonecos; Conversa afiada (1999), programa jornalístico ancorado por Paulo Henrique Amorim; “Provocações” (2000), programa de entrevistas comandado por Antônio Abujamra, Universidade da Madrugada (2002), com a série de programas Café Filosófico, Balaço do Século XX, Ética, Grandes Cursos Cultura, A Invenção do Contemporâneo, Humanidades e Universo do Conhecimento, entre outros.

Em 1978 foi lançado o “Telecurso 2º Grau” pela Fundação Roberto Marinho, fundação vinculada às Organizações Globo, inicialmente em parceria com a TV Cultura/Fundação Padre Anchieta. O programa era voltado para a preparação de jovens e adultos aos exames supletivos. Em 1985, o programa passou por reformulações e recebeu o nome de “Novo Telecurso 2º Grau”. Em 1981 foi lançado o “Telecurso 1º Grau”, voltado às séries finais do Ensino Fundamental e com apoio técnico e financeiro do MEC. Em 2008, o programa passou a se chamar “Novo Telecurso” e foram inseridas em seu currículo novas disciplinas que haviam sido incluídas no Ensino Médio como Filosofia, Artes Plásticas, Música, Teatro e Sociologia. Com experiência da produção e exibição do Telecurso pela Fundação Roberto Marinho, verifica-se, pela primeira vez, a participação de uma emissora comercial na área da teleeducação.

A partir da década de 1970, iniciou-se a inserção da tecnologia digital no sistema de ensino brasileiro com algumas experiências realizadas em universidades como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Paralelamente, a Secretaria Especial de Informática (SEI), órgão responsável pela coordenação e execução da Política Nacional de Informática, realizava estudos sobre aplicabilidade da informática na educação, acompanhando as pesquisas desenvolvidas no Brasil e também no exterior.

O Projeto “Brasil Grande Potência” do regime militar pós-1964 orientou a política de informática na educação. Depois da II Guerra Mundial e com o início da Guerra Fria, as novas tecnologias se transformaram em pilares da economia e sinônimo de poder, portanto, para os militares seria preciso investir na área.

Em 1981 foi realizado o I Seminário Nacional de Informática na Educação, na Universidade de Brasília – primeiro encontro destinado à discussão do uso do computador

como ferramenta auxiliar do processo de ensino-aprendizagem. Em 1982, a SEI, o MEC e o CNPQ promoveram, na Universidade Federal da Bahia, o II Seminário Nacional de Informática na Educação. Importantes recomendações foram determinadas nesses encontros, entre elas, a de que o uso do computador na escola deveria ser utilizado como recurso auxiliar ao processo educacional e nunca como um fim em si mesmo. O projeto EDUCOM também nasceu a partir dessas reflexões.

O EDUCOM permitiu a formação de pesquisadores das universidades e de profissionais das escolas públicas que possibilitaram a realização de diversas ações iniciadas pelo MEC, como realização de Concursos Nacional de Software Educacional (em 1986, 1987 e 1988), a implementação do FORMAR, Curso de Especialização em Informática na Educação (realizados em 1987 e 1989), e implantação nos estados do CIEd, Centros de Informática em Educação (iniciado em 1987). Em 1989, foi implantado na Secretaria Geral do MEC o Plano Nacional de Informática Educativa, PRONINFE. Esse programa consolidou as diferentes ações que tinham sido desenvolvidas em termos de normas e uma rubrica no Orçamento da União, realizou o FORMAR III (Goiânia) e FORMAR IV (Aracajú) destinados a formar professores das escolas técnicas e implantou os Centros de Informática Educativa nas Escolas Técnicas Federais (CIET). (VALENTE, 1999, p. 7)

Em 1997 foi criado o PronInfo, Programa Nacional de Informática na Educação, vinculado à Secretaria de Educação a Distância, SEED, do MEC, com o objetivo de promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino fundamental e médio. Segundo o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE, o funcionamento do ProInfo acontece de forma descentralizada com uma Coordenação em cada estado e os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), equipados com infraestrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de *hardware* e *software*. A partir de 2007, o ProInfo passou a ser Programa Nacional de Tecnologia Educacional, tendo como objetivo principal promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

Em 2007 iniciou-se o piloto do projeto Um Computador Por Aluno – UCA. O programa foi implantado com o objetivo de intensificar o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas escolas, por meio da distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino.

Dentro do programa ProInfo Integrado, a partir de 2013, professores e escolas públicas começaram a receber *tablets* com conexão a redes sem fio. O *tablet* também pode ser conectado a televisores, monitores e projetores facilitando apresentações em sala de aula ou em outros ambientes.

Além da formulação de políticas públicas para a implantação das tecnologias digitais nas escolas que se baseavam na aquisição de máquinas, *hardwares*, o governo brasileiro também tem demonstrado preocupação com os *softwares* e conteúdos digitais. Exemplos disso são: o Edital para Apoio Financeiro à Produção de Conteúdos Educacionais Digitais Multimídia, lançado em 2007 pelo MEC em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia; o Portal do Professor, lançado em 2008 também em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Pelo Portal é possível acessar planos de aulas, baixar conteúdos multimídia em diversos formatos, compartilhar informações, além de ter acesso a outros materiais de apoio; o Banco Internacional de Objetos Educacionais, repositório onde se encontram conteúdos multimídia de acesso público, entre outros.

A seguir, analisar-se-á mais detalhadamente o Plano Nacional do Livro Didático, PNLD, de 2014. Pela primeira vez, os livros didáticos poderiam vir acompanhados de conteúdos multimídia. A partir de 2015, o livro didático poderia ser apresentado também em versão digital, facilitando seu uso tanto nos *tablets* como nos computadores portáteis, *laptops*.

O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)

O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) é o maior programa de fornecimento de material didático aos estudantes da rede pública de ensino do Brasil. O PNLD foi instituído em 1985, mas o programa existe, com outra denominação, desde 1929. Durante esse período, o programa passou por diversas reformulações e modificações nas formas de execução.

Atualmente, o PNLD é voltado para a Educação Básica brasileira e, além dos livros didáticos, distribui acervos complementares, dicionários de língua portuguesa e obras didáticas em Braille. Essa amplitude do programa, transformou o governo brasileiro no maior comprador de livros do país e o ramo da produção de livros didáticos como o mais rentável no mercado editorial nacional.

O Ministério da Educação (MEC) é o responsável pela avaliação dos livros didáticos e pela elaboração do Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas

aprovadas. Esse guia é encaminhado às escolas que escolhem os títulos que melhor atendem a sua realidade sociocultural e ao seu Projeto Político Pedagógico.

A cada três anos, o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento que poder ser: anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio. Dessa forma, todo ano acontece um PNLD.

A partir do PNLD 2014 – anos finais do Ensino Fundamental -, o MEC passou a distribuir, junto com o material didático impresso, conteúdo multimídia complementar aos livros, organizados em DVD ROM e também disponibilizados no Portal do Professor (até no mínimo 31.12.2016). O objetivo, segundo o MEC, ao disponibilizar esse conteúdo, é permitir o acesso de professores e alunos às novas tecnologias e facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

(...) tem-se constatada a importância e a urgência de se promover a integração das tecnologias ao trabalho escolar, visto que elas estão cada vez mais presentes no cotidiano de crianças e jovens e que sua utilização é uma competência básica fundamental que deve ser desenvolvida no ambiente escolar, tendo em vista sua relevância para a formação de cidadãos críticos e aptos a utilizar essa competência no ambiente de trabalho, nos estudos e em outros contextos.

Nessa perspectiva, o presente edital amplia o modelo de livro didático até então distribuído no âmbito do Programa ao permitir a inscrição de coleções impressas acompanhadas de conteúdos multimídia destinados ao processo de ensino e aprendizagem. (...) (BRASIL, 2011, p. 53)

As editoras poderiam inscrever coleções didáticas para os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol) destinadas aos alunos do 6º ao 9º do Ensino Fundamental e dentro de duas composições: Tipo 1 (conjunto de livros impressos) e Tipo 2 (conjunto de livros impressos acompanhados de conteúdos multimídia). De acordo com edital PNLD 2014, a não aprovação dos conteúdos multimídia não seria fator de exclusão da coleção impressa. Dessa forma, a coleção inscrita como Tipo 2 que tivesse o conteúdo multimídia reprovado passaria a Tipo 1.

Os conteúdos multimídia, de acordo com o edital PNLD 2014, são temas curriculares desenvolvidos por um conjunto de Objetos Educacionais Digitais (OED), categorizados em audiovisual, jogo eletrônico educativo, simulador, infográfico animado ou hipermídia (que congrega todas ou algumas dessas categorias em uma hipermídia).

A avaliação desses materiais foi feita com base nos critérios pedagógicos e técnicos. Os critérios pedagógicos seguiam, no geral, os dos livros impressos e não serão discutidos nesse texto. Dentro dos critérios técnicos cada categoria de objeto foi analisada segundo três graus de complexidade: alta, média e baixa.

Os Objetos Educacionais Digitais deveriam ser produzidos respeitando a lei de direitos autorais e a lei de propriedade intelectual de programas de computador. O valor pago pelo MEC a cada DVD ROM seria estipulado de acordo com sua categoria e classificação de complexidade e levando-se em consideração também a tiragem adquirida.

Na categoria “audiovisual” os critérios que foram avaliados de acordo com sua complexidade foram: utilização de animação 3D, animação em 2D, viagens e deslocamentos (deslocamento da equipe para captação de imagens), maquinário (utilização de maquinários de grande porte), recursos avançados de captação de imagens (por exemplo, tomadas aéreas ou subaquáticas, plano sequência), captações simultâneas (utilização de várias câmeras), cenários e figurinos, produção original X imagem de arquivos, trilha sonora, internas e externas, edição e produção de som, videografismo, recursos humanos na área de atuação e representação, unidade visual, continuidade e edição, linguagem verbal. Os vídeos deveriam ter entre 3 e 5 minutos e captados em Full HD. Os formatos poderiam ser ficcional ou não-ficcional: seriado, minissérie, documentário e animação. O formato de vídeo aula não seria aceito.

Na categoria “jogos eletrônicos” e “simuladores” foram avaliados os critérios: abordagem do conteúdo, interatividade, layout e navegação, formatos de informação para a aprendizagem. Esses objetos deveriam se destinar à comprovação de hipóteses, resolução de problemas, promover o relacionamento de conceitos e a testagem de diferentes caminhos para que o usuário conseguisse chegar, por meio de uma estratégia de jogo ou simulação, às conclusões conceituais de acordo com a proposta curricular.

Na categoria “infográficos animados” os critérios avaliados foram: abordagem do conteúdo, layout e navegação, formatos de informação para a aprendizagem (infográfico em base de dados, infográfico multimídia e infográfico linear). Os infográficos animados deveriam fornecer explicação pontual de um fato ou fenômeno.

Utilizando-se as informações e resultados das avaliações dos Objetos Educacionais Digitais disponíveis nos Guias, fez-se o seguinte levantamento:

Ciências: vinte coleções aprovadas. Dessas vinte, quinze correspondem ao Tipo 1 e cinco coleções ao Tipo 2. Segundo o Guia, a maioria dos objetos educacionais digitais foi reprovada porque infringiu tanto os critérios pedagógicos como os critérios técnicos.

Geografia: vinte e seis coleções inscritas e vinte e quatro aprovadas. Nove coleções apresentaram-se na forma usual (Tipo 1) e dezessete correspondiam ao Tipo 2. No entanto, oito coleções correspondentes ao Tipo 2 foram transformadas em Tipo 1.

História: vinte e seis coleções inscritas e vinte aprovadas. Duas eram coleções novas, as dezoito restantes já faziam parte dos Guias anteriores. Quatro correspondem ao Tipo 1 e dezesseis ao Tipo 2.

Matemática: dez coleções aprovadas, sendo sete do Tipo 1 e três do Tipo 2.

Português: vinte e três coleções inscritas e doze aprovadas. Dentre as aprovadas, cinco eram reedições, ou seja, já tinham sido inscritas e aprovadas no PNLD 2011 e sete eram coleções novas. Das doze coleções aprovadas, nove correspondem ao Tipo 1 e três ao Tipo 2.

Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol): trinta e seis coleções inscritas, sendo quinze de Espanhol e vinte e uma de Inglês. Desse total de coleções, nove foram do Tipo 1 e vinte e sete do Tipo 2. Correspondendo a Espanhol foram quatro do Tipo 1 e onze do Tipo 2. Correspondendo a Inglês, cinco do Tipo 1 e dezesseis do Tipo 2. Das trinta e seis coleções inscritas apenas cinco foram aprovadas, sendo duas de Espanhol e três de Inglês. Nenhum material multimídia das coleções Tipo 2 foi aprovado, portanto, as cinco coleções aprovadas pertencem ao Tipo 1.

Em resumo: das noventa e uma coleções aprovadas, cinquenta e sete (62.63%) correspondem ao Tipo 1 e trinta e quatro (37.36%) correspondem ao Tipo 2. Não é possível saber, pelas informações contidas nos Guias, quantas coleções inscritas como Tipo 2 passaram ao Tipo 1.

Algumas explicações possíveis para este fato são: prazo bastante curto para a produção dos OEDs - o Edital foi lançado em 07/11/2011 e as coleções, junto com os conteúdos multimídias, deveriam ser entregues em 11/05/2012; falta de experiência na produção desses materiais e falta de equipes e profissionais especializados na área; alto custo de produção dos materiais; falhas na elaboração das especificações técnicas do próprio Edital já que os critérios utilizados para a avaliação, em muitos casos, não correspondem à realidade da produção desses materiais.

O Edital do PNLD 2015, destinado aos alunos e professores do Ensino Médio da rede pública, traz algumas mudanças em relação aos conteúdos multimídias. Nesse Edital, as obras didáticas poderiam se apresentar em duas composições: Tipo 1, obra multimídia composta de livros digitais e livros impressos; Tipo 2, obra impressa composta de livros impressos e PDF. Com relação às obras do Tipo 1, os livros digitais deveriam apresentar o conteúdo dos livros impressos correspondentes integrados a objetos educacionais digitais. Aqui, os objetos educacionais têm uma definição mais ampla, sendo considerados vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, tutoriais, aplicações, mapas, jogos educacionais, animações, infográficos, páginas web e outros elementos. A forma de avaliação dos OEDs também muda, passando a ser feita de forma integrada ao livro didático. A maior inovação deste edital foi a inclusão do livro didático em formato digital.

No Edital PNLD 2016 – anos iniciais do Ensino Fundamental, as obras didáticas poderiam ser inscritas em uma das categorias: Tipo 1, com o livro do aluno e o Manual do Professor impressos e com a versão em PDF do livro do aluno e digital do Manual do Professor; Tipo 2, com o livro do aluno e o Manual do Professor impressos e o livro do aluno e o Manual do Professor em PDF. A principal diferença nesse edital em relação ao anterior é que os objetos educacionais digitais estarão disponíveis somente no Manual do Professor dos livros didáticos do Tipo 1. Ou seja, a utilização desses OEDs pelos alunos será feita, necessariamente, com a mediação do professor.

No Edital PNLD 2017 – anos finais do Ensino Fundamental, as obras didáticas poderiam ser inscritas em uma das categorias: Tipo 1, livro impresso do estudante, Manual do Professor impresso e Manual do Professor multimídia; Tipo 2, livro impresso do estudante e Manual do Professor impresso. Os conteúdos digitais, note-se que não há mais a denominação “Objetos Educacionais Digitais”, estarão disponíveis somente no Manual do Professor multimídia. De acordo com o edital, o conteúdo multimídia deverá ser usado para complementar o conteúdo impresso e para a explicação de conteúdos que sejam mais facilmente visualizados por meio da linguagem digital.

O PNLD 2017 representa um novo ciclo, de três anos, das obras didáticas destinadas aos anos finais do Ensino Fundamental e evidencia grande diferença com relação à utilização dos conteúdos multimídias, sobretudo em comparação ao PNLD correspondente ao ciclo anterior, o de 2014.

Considerações finais

A ideia de incentivar a produção de conteúdos multimídias e mesmo do *e-book* didático (versão digital do livro didático impresso) é um avanço. A questão que se coloca é se a forma como foi feita é a melhor. Investiu-se milhões de reais em material multimídia que só poderá ser utilizado até final de 2016 (no caso do PNLD de 2014) e que sempre será propriedade das editoras – o monopólio das editoras, que já existe em relação ao livro didático, continuará também em relação aos recursos multimídia. Ao invés do Estado abdicar do seu papel de “instrutor”, poder-se-ia incentivar práticas como a dos Recursos Educacionais Abertos (REAs), iniciativa que parte da compreensão de que o conhecimento é um bem coletivo e social e, por isso, deve ser acessível a todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2014: apresentação: ensino fundamental: anos finais**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de Convocação para Processo de Inscrição e Avaliação de coleções Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2014**. Brasília, 2011.

CASTRO, C. Globo e Educação: um casamento que deu certo. In: BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

FINGUERUT, S.; SUKMAN, H (Org.). **Fundação Roberto Marinho: 30 anos**. Rio de Janeiro: Goal, 2008.

FNDE. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

GÓMEZ, G. O. Comunicação social e mudança tecnologia: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

LEAL FILHO, L. **Atrás das câmeras: relações entre cultura, Estado e televisão**. São Paulo: Summus, 1988.

LIMA, J. C. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MILANEZ, L. **TVE: cenas de uma história.** Rio de Janeiro: Acerp, 2007.

MORAES, R. A. A política de informática na educação brasileira: do nacionalismo ao neoliberalismo. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 5, n. 9, jul./dez. 1999.

OTONDO, T. M. TV Cultura: a diferença que importa. In: RINCÓN, O. (Org.) **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão.** São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

SCHVARZMAN, S. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

TEDESCO, J. C. **Educar na sociedade do conhecimento.** Araraquara: Junqueira&Marin, 2006.

VALENTE, J. A (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento.** Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.

VARGAS, G. **A nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympo Editora, s.d. v. III